

## Extrato por período

Cliente: KHAUE PATRICK MAIA SOUZA

Conta: 4123 / 001 / 00030350-8

Mês: Fevereiro/2021

Período: 1 - 28

### Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	7,65 C
08/02/2021	081902	CRED PIX	31,00 C	38,65 C
08/02/2021	031999	PG PREFEIT	30,06 D	8,59 C
09/02/2021	090931	DP DIN LOT	1.000,00 C	1.008,59 C
09/02/2021	514053	PAG BOLETO	94,98 D	913,61 C
10/02/2021	100641	ENVIO PIX	100,00 D	813,61 C
17/02/2021	151945	CRED PIX	300,00 C	1.113,61 C
17/02/2021	131814	COMPRA ELO	20,00 D	1.093,61 C
17/02/2021	021025	PREST HAB	536,28 D	557,33 C
17/02/2021	329493	SEGURADORA	21,08 D	536,25 C
17/02/2021	056614	SEGURADORA	22,45 D	513,80 C
19/02/2021	900012	CHEQ COMP	511,00 D	2,80 C

### Lançamentos do Dia

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
05/03/2021	000237	CRED TED	967,00 C	969,80 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

## Resumo



Número do contrato

844442201241-7



## Financiamento ativo

Valores válidos para 08/03/2021

## Próximo vencimento

16  
MAR**R\$536,15**

Boleto

Saldo devedor

**R\$ 97.269,83**

Prestações restantes

**345**

No saldo devedor não consta o valor das prestações em aberto. Valor sujeito a alteração.

Valor financiado: **R\$ 95.583,38**Prazo contratado: **360 meses**Juros nominais vigentes: **5,0000%**Juros efetivos: **5,1161%**Juros efetivos com relacionamento: **5,1161%**

Resumo



Serviços



Documentos





#### Como acionar a cobertura securitária:

Em caso de MIP ou DFI a CAIXA deve ser informada para acionar o pedido de cobertura junto à Seguradora.

#### ATRASO NO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

Caso haja atraso no pagamento das prestações, os valores serão acrescidos de multa de 2% ao mês e de juros de 0,033% por dia de atraso.

#### REAJUSTE DO CONTRATO

O contrato prevê a correção mensal do saldo devedor pelo mesmo índice de correção monetária das contas vinculadas do FGTS e o recálculo mensal da prestação de amortização.

É importante informar que os reajustes do contrato não dependem do reajuste dos rendimentos do(s) devedor(es).

#### PROBLEMAS NA CONSTRUÇÃO

O imóvel é escolhido diretamente pelo(s) devedores; a responsabilidade pelos vícios construtivos é da construtora e não da CAIXA. Caso você entre em contato com a construtora e não obtenha resposta, procure a CAIXA.

O seu imóvel tem cobertura do seguro Responsabilidade Civil, Profissional e Material – RCPM.

Este seguro foi contratado pelo VENDEDOR, no momento da contratação do seu financiamento e cobre vícios no imóvel, relacionados a danos materiais e corporais, decorrentes de ações ou omissões culposas do responsável pela prestação de serviços (execução das obras e/ou materiais de construção utilizados), pelo prazo de até 60 (sessenta) meses, a partir da expedição do "Habite-se".

Em caso de sinistro, você deve, imediatamente, entrar em contato com a Central de Gestão de Danos e Reparos, telefone 4020-5845 (todo o país).

#### AVISOS FINAIS

Quando tiver dúvidas sobre o contrato procure uma agência da CAIXA, preferencialmente a agência do seu financiamento habitacional.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

De Olho na Qualidade (exclusivo Minha Casa, Minha Vida): 0800 721 6268

Ouvidoria: 0800 725-7474

caixa.gov.br

30330v040

CONTRATO Nº 8.4444.2201241-7

1º Substituto de Notário e 2º de Promotor  
Walter Garcia de Souza - Tabelião  
CNPJ nº 07.053.904/0001-00  
RUA JOSÉ DE ALMEIDA, 100 - JARDIM  
SANTO AGOSTINHO - FLORESTA - RJ

#### AUTENTICAÇÃO

Compare com o original assinado, e dou fe

20/11/2013

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles

Em Teles



## CAIXA

divida, tendo o(s) DEVEDOR(ES) direito ao saldo remanescente, se houver;

e) No sinistro de natureza pessoal (MIP), a quantia paga a título de indenização será destinada à amortização ou liquidação total do saldo devedor, atualizado na forma pactuada neste contrato, observada a proporcionalidade de renda indicada no quadro resumo deste contrato e no caso de indenização inferior ao saldo devedor, a diferença do débito será de responsabilidade do titular, cônjuge, herdeiros e/ou sucessores;

f) No sinistro de natureza material (DMI), a indenização corresponderá ao montante necessário para recuperar o imóvel financiado, limitado ao valor da importância segurada e, caso a seguradora prefira repor a garantia em seu estado anterior ao sinistro, esta se responsabilizará integralmente pela contratação e acompanhamento das obras, não cabendo à CAIXA qualquer responsabilidade, inclusive de financiar eventual diferença verificada como necessária para que seja devolvida ao imóvel a condição apresentada imediatamente antes do sinistro;

g) Na negativa de cobertura por parte da Seguradora, nos casos de sinistro de natureza pessoal e/ou de natureza material, o(s) DEVEDOR(ES) seu cônjuge, herdeiros e/ou sucessores ficarão responsáveis pelo pagamento dos encargos mensais do financiamento até a quitação da dívida ou pela recomposição da garantia em seu estado anterior ao do sinistro, respectivamente, sob pena de antecipar o vencimento da dívida;

h) É facultado à Seguradora estabelecer prazo de carência limitado a 12 (doze) meses para cobertura de natureza pessoal do referido sinistro, quando houver alteração dos percentuais de composição de renda;

i) A ocorrência de sinistro deverá ser comunicada à CAIXA, por escrito e imediatamente, e se comprometer(m) a dar(em) ciência a seus beneficiários logo após a assinatura do contrato da existência do Seguro devendo, ainda, os DEVEDOR(ES) e seus beneficiários comunicarem imediatamente à CAIXA por escrito, evento suscetível de agravar o risco coberto, sob pena de perder o direito à indenização se provado que silenciou de má-fé.

5) Conhecimento de que até a liquidação do financiamento, se contrato adimplente, poderá ser solicitada a substituição da Apólice, sujeita à aprovação pela CAIXA e desde que atendidos os requisitos fixados pelo CNSP ou pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

30330/040

CONTRATO Nº 8.4444.2201241-7





**CAIXA**

6) Declaro(amos) ainda:

- ☒ desconhecer que possuo(imos) qualquer doença ou situação incapacitante que prejudique a contratação(\*) do seguro de morte e invalidez permanente.
- ☐ possuir as seguintes doenças ou situações incapacitantes no ato desta contratação(\*)


(\*) Em ambos os casos, declaro(amos), ainda, estar(amos) ciente(s) da perda de direito a indenização securitária no caso de declarações inexatas.

JOINVILLE, SC 06 de Novembro de 2019

COMPRADOR(ES)

Khaue Patrick da Maia de Souza

KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA - CPF/CNPJ: 112.568.629-40

Vanessa Leque

Testemunha Vanessa Maria Almeida 0646480426

Lucas de Almeida

Testemunha Lucas de Almeida 34212575896

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (Informações, reclamações, sugestões e elogios)  
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492  
De Olho na Qualidade (exclusivo Minha Casa, Minha Vida): 0800 721 6268  
Ouvidoria: 0800 725 7474  
[caixa.gov.br](http://caixa.gov.br)

30330v040

CONTRATO Nº 8.4444.2201241-7



**AUTENTICAÇÃO**

Compare com o original apresentado e com o

original em 2019/11/06

Em Tais: **Em Tais** **Em Tais**

1. Luciane da Silva Almeida

2. Khaue Patrick da Maia de Souza

3. Vanessa Maria Almeida

4. Lucas de Almeida

5. George Luiz de Almeida

6. 49 320 - São Paulo - SP 050 100 100 - 000 000

Selo digital de Tais: Hash: FQ48623-8099

Consulte os dados do selo em [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)



**CAIXA**

Anexo I - Contrato de Financiamento imobiliário - Proposta, Opção de Seguro e demais condições para vigência do seguro

Cliente(s):

Nome(s) do(s) DEVEDOR(ES) participante(s) na composição da renda	CPF	Contrato nº
KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA	112.568.629-40	8.4444.2201241-7

Na qualidade de DEVEDOR(ES) do contrato de financiamento supra, declaro(amos) ter:

1) Tomado conhecimento das condições das Apólices Habitacionais oferecidas pelas seguradoras operadas pela CAIXA com informação do Custo Efetivo do Seguro Habitacional - CESH e da possibilidade de contratação de outra apólice de livre escolha com as coberturas mínimas e indispensáveis previstas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, conforme Resolução Bacen 3811/09, nas condições estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP;

2) Optado por livre escolha, pela Apólice 1061000000019 de emissão da Seguradora CAIXA SEGURADORA processo SUSEP nº 15414-900381/2016-18 tendo a CAIXA como estipulante e/ou beneficiária, com o CESH de 2,7118%;

3) Ciência que:

a) a cobertura do seguro inicia-se na assinatura deste contrato e rege-se pelas Cláusulas e condições da Apólice, pactuadas pelo(s) DEVEDOR(ES) e aceitas pela CAIXA, em especial as de exclusão de cobertura securitária e forma de recálculo de prêmios de seguro e dos fluxos de pagamentos e recebimentos no cálculo do CESH, conforme estabelecido pelo CNSP;

b) para efeitos de indenização securitária de MIP - Morte e Invalidez Permanente, será(ão) considerado(s) o(s) percentual(is) de participação no pagamento da parcela que consta(m) no quadro resumo do contrato de financiamento supra;

c) não haverá cobertura para riscos de MIP decorrentes e/ou relacionados à doença manifesta em data anterior à assinatura do contrato de financiamento, de conhecimento do segurado e não declarada na proposta do seguro e as decorrentes de eventos resultantes de acidente pessoal, ocorrido em data anterior à da assinatura do contrato de financiamento;

4) Acessado e lido no site da seguradora contratada a apólice escolhida, concordando com as Condições Gerais, Especiais e Particulares pactuadas e com as obrigações perante a CAIXA, em especial:

a) o valor do prêmio de seguro para cobertura de MIP será determinado com base na faixa etária do(s) DEVEDOR(ES), e proporcional à composição de renda estabelecida no quadro resumo deste contrato, aplicado sobre o saldo devedor, apurado no dia do vencimento do encargo mensal;

b) para enquadramento do(s) DEVEDOR(ES) na respectiva faixa etária será considerada a idade em anos completos, na data de assinatura deste contrato, com mudanças de taxa sempre que a idade do segurado atingir nova faixa;

c) o valor do prêmio de seguro para cobertura dos riscos de DFI, objeto da garantia, será determinado com base no valor de avaliação mencionado no quadro resumo e atualizado nos mesmos parâmetros estabelecidos no contrato de financiamento;

d) em caso de sinistro o valor da indenização será aplicado na solução, amortização ou liquidação da

30330V040

CONTRATO Nº 8.4444.2201241-7

3ª Tabelionato de Notas e 2ª de Prokurador  
Nelson Luiz dos Santos  
CNPJ nº 06.940.111/0001-00**AUTENTICAÇÃO**

Contém com original apresentado e cuja fe

Assinatura: 02/04/2019

Em Telex

1. Luiz Henrique dos Santos

2. Patrícia Regina de Souza

3. Renato Luiz de Souza

4. Eduardo Carlos de Souza

5. André Silva

6. Rodrigo Carlos Ferreira

7. João Carlos de Souza

8. João Carlos de Souza

9. João Carlos de Souza

10. João Carlos de Souza

11. João Carlos de Souza

12. João Carlos de Souza

13. João Carlos de Souza

14. João Carlos de Souza

15. João Carlos de Souza

16. João Carlos de Souza

17. João Carlos de Souza

18. João Carlos de Souza

19. João Carlos de Souza

20. João Carlos de Souza

21. João Carlos de Souza

22. João Carlos de Souza

23. João Carlos de Souza

24. João Carlos de Souza

25. João Carlos de Souza

26. João Carlos de Souza

27. João Carlos de Souza

28. João Carlos de Souza

29. João Carlos de Souza

30. João Carlos de Souza

31. João Carlos de Souza

32. João Carlos de Souza

33. João Carlos de Souza

34. João Carlos de Souza

35. João Carlos de Souza

36. João Carlos de Souza

37. João Carlos de Souza

38. João Carlos de Souza

39. João Carlos de Souza

40. João Carlos de Souza

41. João Carlos de Souza

42. João Carlos de Souza

43. João Carlos de Souza

44. João Carlos de Souza

45. João Carlos de Souza

46. João Carlos de Souza

47. João Carlos de Souza

48. João Carlos de Souza

49. João Carlos de Souza

50. João Carlos de Souza

51. João Carlos de Souza

52. João Carlos de Souza

53. João Carlos de Souza

54. João Carlos de Souza

55. João Carlos de Souza

56. João Carlos de Souza

57. João Carlos de Souza

58. João Carlos de Souza

59. João Carlos de Souza

60. João Carlos de Souza

61. João Carlos de Souza

62. João Carlos de Souza

63. João Carlos de Souza

64. João Carlos de Souza

65. João Carlos de Souza

66. João Carlos de Souza

67. João Carlos de Souza

68. João Carlos de Souza

69. João Carlos de Souza

70. João Carlos de Souza

71. João Carlos de Souza

72. João Carlos de Souza

73. João Carlos de Souza

74. João Carlos de Souza

75. João Carlos de Souza

76. João Carlos de Souza

77. João Carlos de Souza

78. João Carlos de Souza

79. João Carlos de Souza

80. João Carlos de Souza

81. João Carlos de Souza

82. João Carlos de Souza

83. João Carlos de Souza

84. João Carlos de Souza

85. João Carlos de Souza

86. João Carlos de Souza

87. João Carlos de Souza

88. João Carlos de Souza

89. João Carlos de Souza

90. João Carlos de Souza

91. João Carlos de Souza

92. João Carlos de Souza

93. João Carlos de Souza

94. João Carlos de Souza

95. João Carlos de Souza

96. João Carlos de Souza

97. João Carlos de Souza

98. João Carlos de Souza

99. João Carlos de Souza

100. João Carlos de Souza

101. João Carlos de Souza

102. João Carlos de Souza

103. João Carlos de Souza

104. João Carlos de Souza

105. João Carlos de Souza

106. João Carlos de Souza

107. João Carlos de Souza

108. João Carlos de Souza

109. João Carlos de Souza

110. João Carlos de Souza

111. João Carlos de Souza

112. João Carlos de Souza

113. João Carlos de Souza

114. João Carlos de Souza

115. João Carlos de Souza

116. João Carlos de Souza

117. João Carlos de Souza

118. João Carlos de Souza

119. João Carlos de Souza

120. João Carlos de Souza

121. João Carlos de Souza

122. João Carlos de Souza

123. João Carlos de Souza

124. João Carlos de Souza

125. João Carlos de Souza

126. João Carlos de Souza

127. João Carlos de Souza

128. João Carlos de Souza

129. João Carlos de Souza

130. João Carlos de Souza

131. João Carlos de Souza

132. João Carlos de Souza

133. João Carlos de Souza

134. João Carlos de Souza

135. João Carlos de Souza

136. João Carlos de Souza

137. João Carlos de Souza

138. João Carlos de Souza

139. João Carlos de Souza

140. João Carlos de Souza

141. João Carlos de Souza

142. João Carlos de Souza

143. João Carlos de Souza

144. João Carlos de Souza

145. João Carlos de Souza

146. João Carlos de Souza

147. João Carlos de Souza

148. João Carlos de Souza

149. João Carlos de Souza

150. João Carlos de Souza

151. João Carlos de Souza

152. João Carlos de Souza

153. João Carlos de Souza

154. João Carlos de Souza

155. João Carlos de Souza

156. João Carlos de Souza

157. João Carlos de Souza

158. João Carlos de Souza

159. João Carlos de Souza

160. João Carlos de Souza

161. João Carlos de Souza

162. João Carlos de Souza

163. João Carlos de Souza

164. João Carlos de Souza

165. João Carlos de Souza

166. João Carlos de Souza

167. João Carlos de Souza

168. João Carlos de Souza

169. João Carlos de Souza

170. João Carlos de Souza

171. João Carlos de Souza

172. João Carlos de Souza

173. João Carlos de Souza

174. João Carlos de Souza

175. João Carlos de Souza

176. João Carlos de Souza

177. João Carlos de Souza

178. João Carlos de Souza

179. João Carlos de Souza

180. João Carlos de Souza

181. João Carlos de Souza

182. João Carlos de Souza

183. João Carlos de Souza

184. João Carlos de Souza

185. João Carlos de Souza

186. João Carlos de Souza

187. João Carlos de Souza

188. João Carlos de Souza

189. João Carlos de Souza

190. João Carlos de Souza

191. João Carlos de Souza

192. João Carlos de Souza

193. João Carlos de Souza

194. João Carlos de Souza

195. João Carlos de Souza

196. João Carlos de Souza

197. João Carlos de Souza

198. João Carlos de Souza

199. João Carlos de Souza

200. João Carlos de Souza

201. João Carlos de Souza

202. João Carlos de Souza

203. João Carlos de Souza

204. João Carlos de Souza

205. João Carlos de Souza

206. João Carlos de Souza

207. João Carlos de Souza

208. João Carlos de Souza

209. João Carlos de Souza

210. João Carlos de Souza

211. João Carlos de Souza

212. João Carlos de Souza

213. João Carlos de Souza

214. João Carlos de Souza

215. João Carlos de Souza

216. João Carlos de Souza

217. João Carlos de Souza

218. João Carlos de Souza

219. João Carlos de Souza

220. João Carlos de Souza

221. João Carlos de Souza

222. João Carlos de Souza

223. João Carlos de Souza

224. João Carlos de Souza

225. João Carlos de Souza

226. João Carlos de Souza

227. João Carlos de Souza

228. João Carlos de Souza

229. João Carlos de Souza

230. João Carlos de Souza

231. João Carlos de Souza

232. João Carlos de Souza

233. João Carlos de Souza

234. João Carlos de Souza

235. João Carlos de Souza

236. João Carlos de Souza

237. João Carlos de Souza

238. João Carlos de Souza

239. João Carlos de Souza

240. João Carlos de Souza

241. João Carlos de Souza

242. João Carlos de Souza

243. João Carlos de Souza

244. João Carlos de Souza

245. João Carlos de Souza

246. João Carlos de Souza

247. João Carlos de Souza

248. João Carlos de Souza

249. João Carlos de Souza

250. João Carlos de Souza

251. João Carlos de Souza

252. João Carlos de Souza

253. João Carlos de Souza

254. João Carlos de Souza

255. João Carlos de Souza

256. João Carlos de Souza

257. João Carlos de Souza

258. João Carlos de Souza

259. João Carlos de Souza

260. João Carlos de Souza

261. João Carlos de Souza

262. João Carlos de Souza

263. João Carlos de Souza

264. João Carlos de Souza

265. João Carlos de Souza

266. João Carlos de Souza

267. João Carlos de Souza

268. João Carlos de Souza

269. João Carlos de Souza

270. João Carlos de Souza

271. João Carlos de Souza

272. João Carlos de Souza

273. João Carlos de Souza

274. João Carlos de Souza

275. João Carlos de Souza

276. João Carlos de Souza

277. João Carlos de Souza

278. João Carlos de Souza

279. João Carlos de Souza

280. João Carlos de Souza

## 1=



**CAIXA**

Afirmam, outrossim, para todos os efeitos de direito civil e penal, que inexistirá qualquer ação de natureza real e pessoal reipersecutória, nem qualquer ônus de natureza real que vincule ou possa representar risco para o imóvel objeto desta operação.

No tocante ao IPTU e, se houver, às quotas condominiais incidentes até esta data, o(s) devedor(es) declara(m)-se subsidiariamente responsável(is) pelo pagamento de quaisquer débitos apurados, assumindo, perante a CEF, a responsabilidade pelo pagamento, acaso o(s) vendedor(es) não cumpra(m) com a obrigação de pagar diretamente conforme estipulado nesta Cláusula, ressalvando o seu direito de cobrança em regresso, observando-se sempre, o que dispõe o presente Instrumento contratual.

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS/RESSALVAS**

Os vendedores e compradores declaram sob as penas da lei que a venda do imóvel deste contrato NÃO foi feita por corretor(a)(es) imobiliário(a)(s).

O valor de Desconto constante no Campo "B4" deste Instrumento, se houver, é concedido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e pela União e calculado em conformidade com as regras estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, conforme Resoluções CCFGTS nº 460, de 14.12.2004, nº 518, de 07.11.2006, nº 535, de 09.08.2007, nº 537, de 09.08.2007, nº 543, de 08.11.2007, nº 562, de 06.05.2008, nº 593, de 24.03.2009, nº 594, de 16.04.2009, e nº 604, de 01.10.2009.

Não foram apresentadas as certidões fiscais enumeradas na alínea "a", do inciso III, do art. 1º, do Decreto nº 93.240/86. O(s) proponente(s)/comprador(es) e vendedor(es), com anuência da CEF, dispensa(m) a apresentação dos documentos enumerados na alínea "a", do inciso III, do art. 1º, do Decreto nº 93.240/86, substituindo-os pela Certidão Atualizada de Inteiro Teor da Matrícula, e pelos demais documentos enumerados no mesmo Decreto, quais sejam: a(s) respectiva(s) Certidão(ões) Negativa(s) de Ônus Real(is), de Ação(ões) Real(is) e Pessoal(is) Reipersecutória(s), respondendo o(s) proponente(s) - adquirente(s) / comprador(es), nos termos da lei, pelo pagamento de eventuais débitos fiscais existentes. Também foi apresentado, neste ato, o comprovante de recolhimento do ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.

Mávia Oliveira Sanchez Ortega  
Gerente Relacionamento PS  
Matrícula 134738-4

30330v040

CONTRATO N.º 8.4444.2201241-7

cd-1

3º Tabelião de Notas e 2º Tabelião  
Maurício Garcia de Sousa - Tabelião  
CPF nº 000.000.000-00  
Pós-graduação em Direito  
Pós-graduação em Direito  
Pós-graduação em Direito

**AUTENTICAÇÃO**

Conferir com o original apresentado e dou fé  
Juiz de Direito - São Paulo - SP

Em Teste: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

1) João Carlos de Souza

2) Paulo Roberto de Souza

3) Roberto de Souza

4) Roberto de Souza

5) Roberto de Souza

6) Roberto de Souza

7) Roberto de Souza

8) Roberto de Souza

9) Roberto de Souza

10) Roberto de Souza

11) Roberto de Souza

12) Roberto de Souza

13) Roberto de Souza

14) Roberto de Souza

15) Roberto de Souza

16) Roberto de Souza

17) Roberto de Souza

18) Roberto de Souza

19) Roberto de Souza

20) Roberto de Souza

21) Roberto de Souza

22) Roberto de Souza

23) Roberto de Souza

24) Roberto de Souza

25) Roberto de Souza

26) Roberto de Souza

27) Roberto de Souza

28) Roberto de Souza

29) Roberto de Souza

30) Roberto de Souza

31) Roberto de Souza

32) Roberto de Souza

33) Roberto de Souza

34) Roberto de Souza

35) Roberto de Souza

36) Roberto de Souza

37) Roberto de Souza

38) Roberto de Souza

39) Roberto de Souza

40) Roberto de Souza

41) Roberto de Souza

42) Roberto de Souza

43) Roberto de Souza

44) Roberto de Souza

45) Roberto de Souza

46) Roberto de Souza

47) Roberto de Souza

48) Roberto de Souza

49) Roberto de Souza

50) Roberto de Souza

51) Roberto de Souza

52) Roberto de Souza

53) Roberto de Souza

54) Roberto de Souza

55) Roberto de Souza

56) Roberto de Souza

57) Roberto de Souza

58) Roberto de Souza

59) Roberto de Souza

60) Roberto de Souza

61) Roberto de Souza

62) Roberto de Souza

63) Roberto de Souza

64) Roberto de Souza

65) Roberto de Souza

66) Roberto de Souza

67) Roberto de Souza

68) Roberto de Souza

69) Roberto de Souza

70) Roberto de Souza

71) Roberto de Souza

72) Roberto de Souza

73) Roberto de Souza

74) Roberto de Souza

75) Roberto de Souza

76) Roberto de Souza

77) Roberto de Souza

78) Roberto de Souza

79) Roberto de Souza

80) Roberto de Souza

81) Roberto de Souza

82) Roberto de Souza

83) Roberto de Souza

84) Roberto de Souza

85) Roberto de Souza

86) Roberto de Souza

87) Roberto de Souza

88) Roberto de Souza

89) Roberto de Souza

90) Roberto de Souza

91) Roberto de Souza

92) Roberto de Souza

93) Roberto de Souza

94) Roberto de Souza

95) Roberto de Souza

96) Roberto de Souza

97) Roberto de Souza

98) Roberto de Souza

99) Roberto de Souza

100) Roberto de Souza

101) Roberto de Souza

102) Roberto de Souza

103) Roberto de Souza

104) Roberto de Souza

105) Roberto de Souza

106) Roberto de Souza

107) Roberto de Souza

108) Roberto de Souza

109) Roberto de Souza

110) Roberto de Souza

111) Roberto de Souza

112) Roberto de Souza

113) Roberto de Souza

114) Roberto de Souza

115) Roberto de Souza

116) Roberto de Souza

117) Roberto de Souza

118) Roberto de Souza

119) Roberto de Souza

120) Roberto de Souza

121) Roberto de Souza

122) Roberto de Souza

123) Roberto de Souza

124) Roberto de Souza

125) Roberto de Souza

126) Roberto de Souza

127) Roberto de Souza

128) Roberto de Souza

129) Roberto de Souza

130) Roberto de Souza

131) Roberto de Souza

132) Roberto de Souza

133) Roberto de Souza

134) Roberto de Souza

135) Roberto de Souza

136) Roberto de Souza

137) Roberto de Souza

138) Roberto de Souza

139) Roberto de Souza

140) Roberto de Souza

141) Roberto de Souza

142) Roberto de Souza

143) Roberto de Souza

144) Roberto de Souza

145) Roberto de Souza

146) Roberto de Souza

147) Roberto de Souza

148) Roberto de Souza

149) Roberto de Souza

150) Roberto de Souza

151) Roberto de Souza

152) Roberto de Souza

153) Roberto de Souza

154) Roberto de Souza

155) Roberto de Souza

156) Roberto de Souza

157) Roberto de Souza

158) Roberto de Souza

159) Roberto de Souza

160) Roberto de Souza

161) Roberto de Souza

162) Roberto de Souza

163) Roberto de Souza

164) Roberto de Souza

165) Roberto de Souza

166) Roberto de Souza

167) Roberto de Souza

168) Roberto de Souza

169) Roberto de Souza

170) Roberto de Souza

171) Roberto de Souza

172) Roberto de Souza

173) Roberto de Souza

174) Roberto de Souza

175) Roberto de Souza

176) Roberto de Souza

177) Roberto de Souza

178) Roberto de Souza

179) Roberto de Souza

180) Roberto de Souza

181) Roberto de Souza

182) Roberto de Souza

183) Roberto de Souza

184) Roberto de Souza

185) Roberto de Souza

186) Roberto de Souza

187) Roberto de Souza

188) Roberto de Souza

189) Roberto de Souza

190) Roberto de Souza

191) Roberto de Souza

192) Roberto de Souza

193) Roberto de Souza

194) Roberto de Souza

195) Roberto de Souza

196) Roberto de Souza

197) Roberto de Souza

198) Roberto de Souza

199) Roberto de Souza

200) Roberto de Souza

201) Roberto de Souza

202) Roberto de Souza

203) Roberto de Souza

204) Roberto de Souza

205) Roberto de Souza

206) Roberto de Souza

207) Roberto de Souza

208) Roberto de Souza

209) Roberto de Souza

210) Roberto de Souza

211) Roberto de Souza

212) Roberto de Souza

213) Roberto de Souza

214) Roberto de Souza

215) Roberto de Souza

216) Roberto de Souza

217) Roberto de Souza

218) Roberto de Souza

219) Roberto de Souza

220) Roberto de Souza

221) Roberto de Souza

222) Roberto de Souza

223) Roberto de Souza

224) Roberto de Souza

225) Roberto de Souza

226) Roberto de Souza

227) Roberto de Souza

228) Roberto de Souza

229) Roberto de Souza

230) Roberto de Souza

231) Roberto de Souza

232) Roberto de Souza

233) Roberto de Souza

234) Roberto de Souza

235) Roberto de Souza

236) Roberto de Souza

237) Roberto de Souza

238) Roberto de Souza

239) Roberto de Souza

240) Roberto de Souza

241) Roberto de Souza

242) Roberto de Souza

243) Roberto de Souza

244) Roberto de Souza

245) Roberto de Souza

246) Roberto de Souza

247) Roberto de Souza

248) Roberto de Souza

249) Roberto de Souza

250) Roberto de Souza

251) Roberto de Souza

252) Roberto de Souza

253) Roberto de Souza

254) Roberto de Souza

255) Roberto de Souza

256) Roberto de Souza

257) Roberto de Souza

258) Roberto de Souza

259) Roberto de Souza

260) Roberto de Souza

261) Roberto de Souza

262) Roberto de Souza

263) Roberto de Souza

264) Roberto de Souza

265) Roberto de Souza

266)



**CAIXA**

ANEXO II - Direitos e Deveres do seu Contrato

Cliente: KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA

CPF: 112.568.629-40

Contrato nº: 8.4444.2201241-7

**CONHEÇA OS DIREITOS E DEVERES DO SEU CONTRATO**

Você sabia que pode perder sua moradia no Programa Minha Casa Minha Vida ou o dinheiro pago nas prestações caso deixe de cumprir as cláusulas do contrato que assinou? Por isso, é importante ler com bastante atenção o contrato e conhecer cada direito e dever que você possui.

**A GARANTIA DA DÍVIDA É O SEU IMÓVEL**

No Programa Minha Casa Minha Vida, o seu imóvel é dado como garantia de pagamento ao financiamento feito com a CAIXA. Isso significa que você pode morar na casa com a sua família, durante o tempo em que durar o contrato, mas não pode deixar de pagar as prestações ou descumprir as regras até que o contrato dessa casa termine ou você pague toda a dívida.

**VOCÊ PODE PERDER O IMÓVEL ADQUIRIDO NO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA**

Isso pode acontecer quando você atrasa o pagamento de duas ou mais prestações. Nesse caso, a dívida é cobrada toda de uma vez e você não pode comprar outro imóvel com os descontos e vantagens do Programa Minha Casa Minha Vida. Por isso, quando tiver qualquer problema para pagar as prestações, procure a CAIXA imediatamente.

**SUA CASA NOVA DEVE POSSUIR COBERTURA SECURITÁRIA**

Os financiamentos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, com recursos do FGTS, contam com cobertura securitária contratada pelo(s) devedor(es) prevendo:

- Quitação total ou parcial do saldo devedor do financiamento habitacional em caso de Morte e Invalidez Permanente (MIP) do(s) devedor(es);
- Pagamento de despesas para recuperação de Danos Físicos no Imóvel (DFI).-

O devedor, seu sucessor ou herdeiro pode solicitar a quitação do imóvel nos seguintes casos:

- Morte do devedor;
- Invalidez permanente que impeça o desempenho de trabalho habitual de forma definitiva, desde que não esteja recebendo auxílio-doença.

**Atenção:**

- Quando o imóvel é financiado por mais de um devedor (composição da renda), a quitação do saldo devedor do contrato é parcial, de acordo com o percentual de renda pactuado;
- Não há cobertura para os riscos de invalidez permanente decorrente e/ou relacionada a doença manifesta em data anterior à assinatura do contrato de financiamento, de conhecimento do devedor e não declarada na proposta do financiamento ou decorrente de eventos comprovadamente resultantes de acidente pessoal ocorrido em data anterior à data de assinatura do contrato.

30330v040

CONTRATO Nº 8.4444.2201241-7

30330v040  
WILLIAM CARLOS DE SOUZA - Titular

**AUTENTICAÇÃO**

Confira com o original apresentado e dou fe  
Jornal - SC 20/11/2019

Em Teste  
de validade

1. LUIZ PATRICK KHAUE VICENTE  
2. KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA  
3. PATRICK DA MAIA DE SOUZA  
4. KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA  
5. KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA  
6. KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA  
7. KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA  
8. KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA  
9. KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA  
10. KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA

Assinatura digital do Tipo: Normal FGTS-404-AB42

Consulte as regras do Ato em www.caixa.gov.br



21.6 - SEGURO DO VENDEDOR - O VENDEDOR apresentou Apólice Responsabilidade Civil, Profissional e Material - RCPM, com vigência de até 60 (sessenta) meses a partir da expedição do "Habite-se".

21.6.1 – Seguro RCPM é uma apólice que garante o pagamento de indenizações cobertas, decorrentes de reclamações que tenham sido originadas, a partir de vícios no imóvel, descrito na especificação da apólice, desde que as reclamações estejam relacionadas a danos materiais e corporais, decorrentes de ações ou omissões culposas do segurado na prestação de serviços (execução e/ou materiais utilizados), vinculados ao imóvel objeto do presente, e que respeitem os prazos estipulados pelo manual de responsabilidade da norma ABNT NBR 155775, por um período de até 05 (cinco) anos.

22 – COMUNICAÇÃO DO SINISTRO - O(s) DEVEDOR(ES)/FIDUCIANTE(S) declara(m) estar ciente(s) de que na ocorrência de evento, amparado pelos seguros estipulados acima, relativamente às coberturas de MIP – Morte e Invalidez Permanente do(s) DEVEDOR(ES)/FIDUCIANTE(S) e DFI – Danos Físicos ao Imóvel dado em garantia, o sinistro deverá ser comunicado à CAIXA, por escrito e imediatamente, comprometendo-se o(s) DEVEDOR(ES)/FIDUCIANTE(S), para esse efeito, a dar(em) conhecimento a seus beneficiários, logo após a assinatura deste instrumento, da existência do Seguro e da obrigatoriedade da comunicação a que se refere esta cláusula.

22.1 – O(s) DEVEDOR(ES)/FIDUCIANTE(S) declara(m), ainda, que ele e seus beneficiários deverão comunicar imediatamente à CAIXA, por escrito, qualquer evento suscetível de agravar, consideravelmente, o risco coberto, sob pena de perder o direito à indenização, se for provado que silenciou de má fé.

**23 – ENCARGOS FISCAIS** – Os impostos, taxas ou outros tributos incidentes sobre o imóvel deverão ser pagos em dia, pelo(s) DEVEDOR(ES), podendo a CAIXA exigir sua comprovação. O atraso no pagamento poderá ensejar no vencimento antecipado da dívida ou no pagamento pela CAIXA para posterior reembolso, atualizados monetariamente e acrescidos de juros contratuais.

24 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS – O(s) DEVEDOR(ES) declara(m)-se ciente(s) que a tolerância no cumprimento das obrigações contratuais não acarretará cancelamento das penalidades e poderes ora conferidos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, sendo as obrigações extensivas aos herdeiros, sucessores e cessionários ou promitentes cessionários dos contratantes.

25 - COMUNICAÇÃO COM DEVEDOR(ES) - O(s) DEVEDOR(E)S autoriza(m) a CAIXA a enviar-lhe(s) informações referentes a este contrato, bem como outras informações que julgar pertinentes, aos endereços e números de telefone que constam em suas informações cadastrais, por quaisquer meios de comunicação, inclusive SMS.

25.1 - É de responsabilidade do(s) DEVEDOR(ES) informar(em) imediatamente à CAIXA, eventual alteração referente à titularidade, número do aparelho celular, cancelamento do contrato de telefonia junto à operadora, e outras referentes a seus dados.

26 - CERTIDÕES APRESENTADAS - As partes apresentam neste ato o comprovante de recolhimento do ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e as certidões de propriedade e de ônus reais (art. 1º, § 2º da Lei 7.433/85).

27 - DISPENSA DE CERTIDÕES - O(S) DEVEDORE(S) e VENDEDOR(ES) declaram que dispensam os documentos enumerados no Decreto 93.240/86, inclusive as certidões fiscais e de feitos ajuizados, substituindo-as pelas Certidões de Inteiro Teor da Matrícula Atualizada e de Ônus Reais, apresentando, neste ato, o comprovante de recolhimento do ITBI - Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis.

30330v040

CONTRATO N.º 8.444.220/2017-7



**CAIXA**

**20 - DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL EM GARANTIA** - A CAIXA receberá do poder expropriante a indenização, abatendo o valor da dívida e disponibilizando o saldo, se houver, ao(s) DEVEDOR(ES), que permanece(m) responsável(is) pelo pagamento na hipótese de indenização inferior à dívida.

**20.1** - O(s) DEVEDOR(ES) declara(m)-se ciente(s) de que a desapropriação do imóvel não gera direito a indenização securitária.

**21 - SEGUROS** - É obrigatória a contratação pelo(s) DEVEDOR(ES) de seguro com cobertura, no mínimo, de MIP - Morte e Invalidez Permanente e DFI - Danos Físicos ao Imóvel, durante a vigência deste contrato e até a liquidação da dívida, nos termos do art. 79 da Lei 11.977/09.

**21.1** - O(s) DEVEDOR(ES)/FIDUCIANTE(S) concorda(m), e assim se obriga(m), em manter e pagar os prêmios de seguro, acrescidos de eventuais tributos, de acordo com estipulado na Apólice de Seguro contratada por livre escolha, disponível para consulta e impressão no site da seguradora escolhida.

**21.1.1** - MIP - morte decorrente de causas naturais ou acidentais e invalidez permanente ocorrida em data posterior à data da assinatura do contrato de financiamento do imóvel, causada por acidente pessoal ou doença, que determine a incapacidade total e permanente para o exercício da atividade laborativa principal do segurado, no momento do sinistro.

**21.1.2** - DFI - prejuízos decorrentes de danos físicos ao imóvel dado em garantia do financiamento, de acordo com estipulado na Apólice de Seguro contratada, por livre escolha.

**21.2** - O(s) DEVEDOR(ES)/FIDUCIANTE(S) confirma(m) que lhe(s) foi(ram) oferecida mais de uma opção de apólice de sociedades seguradoras diferentes com os respectivos custos efetivos do seguro habitacional.

**21.2.1** - O DEVEDOR/FIDUCIANTE tem ciência que pode apresentar apólice diversa daquelas disponibilizadas pelo agente financeiro, desde que a cobertura securitária prevista observe a exigência mínima estabelecida no item 21 e o ente segurador cumpra as condições estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, para apólices direcionadas a operações desta espécie.

**21.3** - Os prêmios de seguros, acrescidos de eventuais tributos, serão devidos até a liquidação final do saldo devedor e deverão ser pagos sempre em valores compatíveis com a cobertura total do referido saldo devedor do financiamento, bem como para reposição integral do imóvel dado em garantia em caso de DFI (Danos Físicos ao Imóvel).

**21.4** - A cobertura do seguro dar-se-á a partir da assinatura deste instrumento, regendo-se pelas cláusulas e condições constantes da Apólice, as quais foram pactuadas pelo(s) DEVEDOR(ES)/FIDUCIANTE(S) e aceitas pela CAIXA, especialmente as de exclusão de cobertura securitária e forma de recálculo de prêmios de seguro, bem como dos fluxos referentes aos pagamentos e recebimentos considerados no cálculo do Custo Efetivo do Seguro Habitacional - CESH, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**21.5** - Em caso de negativa de cobertura por parte da Seguradora, tanto nos casos de sinistro de natureza pessoal, como nos de natureza material, o(s) DEVEDOR(ES)/FIDUCIANTE(S), seu cônjuge, herdeiros e/ou sucessores ficarão responsáveis pelo pagamento do saldo devedor do financiamento ou pela recomposição da garantia, em seu estado anterior ao do sinistro, respectivamente, sob pena de antecipar o vencimento da dívida.

30330-040

CONTRATO N.º 8.4444.2201241-7



**AUTENTICAÇÃO**

Conferir com o original apresentado, e dizer se  
verdadeiro ou não.

Em Teste: de 11/02/2019

1. Luciana Regina Vitorino 2. Antonio Santiago Welter

3. Renata Regina de Almeida 4. Renata Regina de Almeida

5. Renata Regina de Almeida 6. Renata Regina de Almeida

7. Renata Regina de Almeida 8. Renata Regina de Almeida

9. Renata Regina de Almeida 10. Renata Regina de Almeida

11. Renata Regina de Almeida 12. Renata Regina de Almeida

13. Renata Regina de Almeida 14. Renata Regina de Almeida

15. Renata Regina de Almeida 16. Renata Regina de Almeida

17. Renata Regina de Almeida 18. Renata Regina de Almeida

19. Renata Regina de Almeida 20. Renata Regina de Almeida

21. Renata Regina de Almeida 22. Renata Regina de Almeida

23. Renata Regina de Almeida 24. Renata Regina de Almeida

25. Renata Regina de Almeida 26. Renata Regina de Almeida

27. Renata Regina de Almeida 28. Renata Regina de Almeida

29. Renata Regina de Almeida 30. Renata Regina de Almeida

31. Renata Regina de Almeida 32. Renata Regina de Almeida

33. Renata Regina de Almeida 34. Renata Regina de Almeida

35. Renata Regina de Almeida 36. Renata Regina de Almeida

37. Renata Regina de Almeida 38. Renata Regina de Almeida

39. Renata Regina de Almeida 40. Renata Regina de Almeida

41. Renata Regina de Almeida 42. Renata Regina de Almeida

43. Renata Regina de Almeida 44. Renata Regina de Almeida

45. Renata Regina de Almeida 46. Renata Regina de Almeida

47. Renata Regina de Almeida 48. Renata Regina de Almeida

49. Renata Regina de Almeida 50. Renata Regina de Almeida

51. Renata Regina de Almeida 52. Renata Regina de Almeida

53. Renata Regina de Almeida 54. Renata Regina de Almeida

55. Renata Regina de Almeida 56. Renata Regina de Almeida



10



## CAIXA

**28 - NOVAÇÃO** - Não configurará NOVAÇÃO a regularização de débitos em atraso.

**29 - OUTORGA DE PROCURAÇÕES** - Havendo dois ou mais DEVEDOR(ES), todos se declaram solidariamente responsáveis pelas obrigações assumidas perante a CAIXA e constituem-se procuradores recíprocos, até o cumprimento de todas as obrigações deste contrato com poderes irrevogáveis para foro em geral e os especiais para requerer, concordar, recorrer, transigir, receber e dar quitação, desistir, receber citações, notificações, intimações, inclusive de penhora, leilão ou praça, embargar, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho do presente mandato.

**30 - AQUIESCÊNCIA DO CONTEÚDO CONTRATUAL** - O(s) DEVEDOR(ES) declara(m), que teve(tiveram) prévio conhecimento, leu(ram) e entendeu(ram) o contrato, concordou(aram) com as estipulações previstas, e estão(cão) ciente(s) dos direitos e obrigações contratuais.

**31 - LIBERAÇÃO DA GARANTIA** - Em até 30 (trinta) dias após a liquidação da dívida, a CAIXA fornecerá o termo de quitação, sob pena de multa em favor do(s) DEVEDOR(ES) de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou fração, sobre o valor do contrato, o qual deverá ser averbado no Registro de Imóveis, sendo as despesas deste ato de responsabilidade do(s) DEVEDOR(ES).

**32 - REGISTRO** - O(s) DEVEDOR(ES) apresentará(ão) à CAIXA o contrato registrado em até 30 (trinta) dias da sua assinatura, sendo que após este prazo é facultado à CAIXA considerar vencida antecipadamente a dívida ou registrar o contrato, para posterior reembolso pelo(s) DEVEDOR(ES).

**32.1** - As custas e emolumentos decorrentes do registro da alienação de imóvel, de correspondentes garantias reais e aos demais atos relativos ao imóvel residencial adquirido ou financiado, no âmbito do PMCMV, são reduzidas de acordo com as disposições do art. 43 da Lei 11977/09.

**33 - INDISPONIBILIDADE DE BENS** - No ato de registro do presente contrato, identificada pelo Cartório de Registro de Imóveis declaração de indisponibilidade de bens vinculada ao CPF do(s) DEVEDOR(ES) e/ou do(s) VENDEDOR(ES) no Cadastro Nacional de Indisponibilidade de Bens - CNIB, nos termos do Provimento n.º 39/2014, da Corregedoria Nacional de Justiça/Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o contrato não poderá ser registrado e ficará resolvido de pleno direito.

**33.1** - Da resolução do presente contrato pela indisponibilidade de bens, a CAIXA ressarcirá o(s) DEVEDOR(ES) dos valores porventura despendidos com o encargo mensal, a saber: amortização, se houver, e juros, exceto o prêmio de seguro por ter cobertura vigente a partir do primeiro pagamento, a Tarifa de Administração do contrato e a Tarifa de Avaliação de Bens Recebidos em Garantia que suportam os custos operacionais incorridos.

**34 - FORO DE ELEIÇÃO** - Seção Judiciária da Justiça Federal da localidade do imóvel objeto da garantia.

### IMPOSTOS E DEMAIS ENCARGOS

O(S) DEVEDOR(ES) declaram, sob as penas da Lei, tratar-se da primeira aquisição de imóvel residencial financiado pelo PMCMV e que, não possuindo outro imóvel residencial na localidade do imóvel objeto deste financiamento, gozam do benefício da redução de custas e emolumentos, de acordo com o Artigo 42 da Lei 12.424 de 16/06/2011.

O(s) vendedor(es) apresentou(aram) a Guia de Recolhimento do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, que encontra-se arquivada no processo em poder da CEF.

O(s) vendedor(es) declara(m) solenemente, sob as penas da lei, que até o presente momento, inexistente em seu(s) nome(s) referente ao imóvel transacionado qualquer débito de natureza fiscal e/ou condominial, assumindo, em caráter irrevogável, a responsabilidade exclusiva por eventuais débitos de tal natureza que possam ser devidos até a presente data.

303300040

CONTRATO N.º 8.4444.2201241-7



### AUTENTICAÇÃO

Compare com o original apresentado e dou fe

Assinada em 20/11/2014

Em Teste: [Assinatura]

Luiz Paulo Basso / [Assinatura]

Adriana Basso / [Assinatura]

Edilson Basso / [Assinatura]

Juliano Basso / [Assinatura]

Rogério Basso / [Assinatura]

Boleto digital de Tipo: Normal PQTE407-AM2Q

Cadastre-se aqui: www.cca.gov.br



**CAIXA**  
Valor  
bene

- 15.1 - Ocorrendo vencimento antecipado da dívida, quando se tratar de operação com uso dos recursos da conta vinculada do FGTS, os valores serão devolvidos à referida conta atualizados e deverão ser repostos pelo(s) DEVEDOR(ES) por meio de recursos próprios, bem como os descontos concedidos atualizados na forma estabelecida pela CAIXA.

**17 – INTIMAÇÃO** – Decorrido o prazo estipulado no item 16, o oficial do Cartório de Registro de Imóveis competente, a requerimento da CAIXA, expedirá intimação pessoal ao(s) DEVEDOR(ES) ou a seu representante legal ou procurador regularmente constituído, com prazo de 15 (quinze) dias para purgação da dívida.

17.2 – Eventual diferença entre o valor pago a título da purgação da mora e o devido no dia da purgação deverá ser paga juntamente com o encargo vincendo.

18.1- Até que seja efetivamente averbada a consolidação em favor da CAIXA, o(s) DEVEDOR(ES) pode(m) pagar as parcelas vencidas da dívida (purgar a mora) e as despesas relativas aos encargos e às custas de intimação e às necessárias à realização do leilão, nestas compreendidas as relativas aos anúncios e à comissão do leiloeiro, hipótese em que convalidará o contrato.

18.3 O(s) DEVEDOR(ES) devem pagar os encargos tributários e despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive custos e emolumentos.

19.1 – Para fins do leilão extrajudicial, as partes adotam os seguintes conceitos:

CONTRATO N.º 8.444/2017-41-7





1 - Valor do imóvel: a) valor da avaliação constante na letra B7, acrescidos os valores das benfeitorias existentes e que lhe integrem, atualizado monetariamente até a data do leilão, na forma do item 6, reservando-se a CAIXA o direito de reavaliar o imóvel; ou b) caso o valor do imóvel estabelecido na alínea anterior seja inferior ao valor de referência para apuração do ITBI, então este será o valor mínimo estabelecido como parâmetro para efeito de venda do imóvel no primeiro leilão.

II - Valor da dívida: saldo devedor da operação de alienação fiduciária, na data do leilão, incluídos juros convencionais, penalidades e demais encargos contratuais (por exemplo, prêmios de seguro, encargos legais, inclusive tributos e contribuições condominiais);

III – Valor das despesas: soma das importâncias dos encargos, custas de intimação e as necessárias à realização do público leilão, incluindo as despesas relativas aos anúncios e à comissão do leiloeiro.

19.2 - O 1º leilão será realizado dentro de 30 (trinta) dias, contados do registro da consolidação da propriedade em nome da CAIXA, pelo valor do imóvel.

19.3 – Se no primeiro leilão o maior lance oferecido for inferior ao valor do imóvel conforme estipulado no item 19.1, I, a ou b, será realizado o 2º leilão nos (15) quinze dias seguintes.

19.4 – Nos 05 (cinco) dias a contar do aperfeiçoamento da venda realizada em leilão, a CAIXA entregará ao(s) DEVEDOR(ES) a importância que sobrar, nela compreendendo o valor da indenização de benfeitorias; depois de deduzidos os valores da dívida e das despesas e encargos, importando em recíproca quitação.

19.5 – No 2º leilão, na ausência de lance maior ou igual ao valor da dívida, ou na ausência de licitante será considerada extinta a dívida e exonerada a CAIXA da obrigação de restituição ao(s) DEVEDOR(ES) de qualquer quantia, a que título for.

19.6 – As datas, os horários e os locais do 1º leilão e do 2º, se houver, serão comunicados ao(s) DEVEDOR(ES) mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico.

19.7 - Extinta a dívida, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da realização do 2º leilão, a CAIXA dará ao devedor termo de quitação.

19.8 – Consolidada a propriedade em nome da CAIXA, o(s) DEVEDOR(ES) lhe entregará(ão) o imóvel, livre e desimpedido, sob pena de pagamento à CAIXA, ou a quem vier a sucedê-la, a título de taxa de ocupação do imóvel, por mês ou fração, valor correspondente a 1% (um por cento) do valor a que se refere o item 19.1, computado e exigível desde a data da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA até a data em que este, ou seus sucessores, vier(em) a ser imitado(s) na posse do imóvel..

**19.9 – Responde(m) o(s) DEVEDOR(ES) pelo pagamento dos impostos, taxas, contribuições condominiais e quaisquer outros encargos que recaiam ou venham a recair sobre o imóvel, cuja posse tenha sido transferida para o fiduciário, nos termos deste artigo, até a data em que o fiduciário vier a ser imitido na posse.**

19.10 – Não se aplica ao imóvel objeto do presente contrato o direito de preferência em favor do locatário, estabelecido pelo art. 27 da Lei 8245/91.

19.11 – Se o imóvel estiver locado, a locação poderá ser denunciada com prazo de 30 (trinta) dias para desocupação, devendo a denúncia ser realizada no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da consolidação da propriedade.

19.12 - Será considerada ineficaz e, sem qualquer efeito, a contratação ou prorrogação de locação do imóvel alienado fiduciariamente, por prazo superior a 01 (um) ano sem concordância por escrito da CAIXA.

30330-040

CONTRATO N.º 8.444.220/2017





a) sobre o objeto deste contrato inexistente débito ou ação que comprometa a transação e responsabiliza(m)-se por eventuais débitos até esta data;

- b) sob pena de responsabilidade civil e penal, *existem ações reais e pessoais reipersecutórias relativas ao imóvel ou outros ônus reais incidentes sobre o mesmo (art. 1º, IV, § 3º, do Decreto 93240/86);*
- c) não existe débito ou qualquer outra obrigação do alienante para com o respectivo condomínio (parágrafo único do art. 4º da Lei 4591/64 c/c §2º do art. 2º da Lei 7433/85);
- d) no caso de **VENDEDOR Pessoa Física**, para os efeitos da Lei 8212/91, não está vinculado(a) à *Previdência Social como empregador e que não é contribuinte do INSS, na qualidade de produtor rural, não estando, portanto, sujeito às obrigações abrangidas pela legislação previdenciária.* Caso contrário, será apresentada, no ato do registro deste contrato no Registro de Imóveis, a Certidão Negativa de Débito – CND do INSS;
- e) no caso de **VENDEDOR pessoa jurídica** que exerce exclusivamente atividade de compra e venda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária ou construção de prédios destinados à venda, sob penas da lei, o imóvel objeto da presente transação não faz, nem nunca fez, parte integrante do seu ativo permanente, estando contabilmente lançado em seu ativo circulante (art. 257, § 8º, IV, do Decreto 3048/99).
- 10.2 **O(s) DEVEDOR(ES) declara(m) que:**
- a) **TEM CIÊNCIA DO MÉTODO CONSTRUTIVO EMPREGADO PARA EDIFICAÇÃO DO IMÓVEL (ALVENARIA ESTRUTURAL OU ASSEMBLHADO), COMPROMETENDO-SE A OBSERVAR A RESTRIÇÃO ESPECIAL DE USO, CONSISTENTE NA PROIBIÇÃO DE ABERTURA DE PAREDES, INSTALAÇÕES DIVERSAS E REMOÇÃO OU DESLOCAMENTO DE PAREDES.**
- b) **TEM CIÊNCIA DE QUE A RESTRIÇÃO ESPECIAL INDICADA NO ITEM (A) É NECESSÁRIA À SOLIDEZ E À SEGURANÇA DO IMÓVEL, BEM ASSIM QUE A SUA INOBSERVÂNCIA PODERÁ ACARRETRAR PERIGO DE DESABAMENTO, PELO QUE RESPONDERÁ NOS TERMOS DA LEI E DESTE CONTRATO.**
- c) *são autênticos os comprovantes e informações de renda e despesas apresentados e assume(m) subsidiariamente a responsabilidade pelo pagamento dos débitos sobre o imóvel, caso o(s) VENDEDOR(ES) não o faça(m);*
- d) **autoriza(m) a CAIXA a fornecer seus dados pessoais e bancários sempre que solicitado pelos seguintes órgãos e independentemente de autorização judicial: Polícia Civil e Federal; Ministério Público Estadual e Federal; Controladoria Geral da União e Tribunal de Contas da União;**
- e) **autoriza(m) a CAIXA e o Agente Operador do FGTS divulgar informações vinculadas à presente contratação necessárias ao acompanhamento das operações com recursos do FGTS pelo Conselho Curador do FGTS, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério das Cidades, Agente Operador e órgãos de controle interno e externo da União;**
- f) *não foi(ram) beneficiado(s) no Programa Minha Casa, Minha Vida nem adquiriu(am) imóvel com benefício de desconto do FGTS a partir de maio/2005.*
- g) **preenche(m) todos os requisitos previstos legalmente e na Resolução do Conselho Curador do FGTS 702/12 para o enquadramento no programa Carta de Crédito FGTS e condições do Programa Minha Casa, Minha Vida, conforme letra B4.**
- h) *que tomou(aram) conhecimento da vedação legal do art. 36 da Lei nº. 11.977/2009 – impedimento pelo prazo de quinze anos de lembrar o imóvel descrito neste contrato, o imóvel objeto da garantia não possui restrição ao uso, incluindo restrições relacionadas a zoneamento, parcelamento do solo, preservação do patrimônio arqueológico e histórico, restrição de atividades devido a inserção em APA (Área de Preservação Ambiental) ou APP (Área de Preservação Permanente), e que atende às exigências impostas pelos órgãos competentes;*
- i) *o imóvel objeto da garantia não está localizado em terras de ocupação indígena ou quilombola e unidades de conservação, assim definidas pela autoridade competente.*

30330v040

CONTRATO N.º 8.444.2201241-7



# CAIXA

11 - Sem prejuízo das sanções legais aplicáveis, a falsidade das declarações, inclusive a omissão da informação de que vive em união estável, gerará para o(s) DEVEDOR(ES), dentre outras consequências, (i) a obrigação de restituir à sua conta vinculada os valores do FGTS que tenham sido utilizados na presente operação e (ii) o vencimento antecipado da dívida.

12 - Havendo constatação pela CAIXA acerca da falsidade das declarações prestadas pelo(s) DEVEDOR(ES) ou do não cumprimento dos requisitos exigidos para o enquadramento nos Programas Carta de Crédito FGTS e Minha Casa, Minha Vida, implicará no seu imediato desenquadramento do referido programa, sendo-lhe atribuído o dever de ressarcir ao FGTS os valores recebidos a título de desconto.

12.1 - A CAIXA atesta que o(s) DEVEDOR(ES) comprovou(aram) mediante documentação e declarações pessoais, o atendimento aos requisitos e às condições exigidas pela Lei 11.977/2009, de 07 de julho de 2009, alterada pela Lei 12.424, de 16 de junho de 2011, para enquadramento da presente operação ao Programa Minha Casa Minha Vida, tanto no que se refere às características do tomador, quanto às características do imóvel.

13 - **ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA** - O(s) DEVEDOR(ES) aliena(m) à CAIXA o imóvel ora transacionado, em garantia do cumprimento das obrigações deste contrato, conforme a Lei 9514/97, abrangendo acessões, benfeitorias, melhoramentos, construções e instalações.

13.1 - A propriedade fiduciária é constituída com o registro deste contrato, tornando o(s) DEVEDOR(ES) possuidor(es) direto(s) e a CAIXA, possuidora indireta do imóvel.

13.2 - Ao(s) DEVEDOR(ES) adimplente(s) é assegurada a livre utilização, por sua conta e risco, do imóvel objeto da alienação fiduciária.

14 - **BENFEITORIAS, CONSERVAÇÃO E OBRAS** - Fica(m) o(s) DEVEDOR(ES) obrigado(s) a manter o imóvel alienado em perfeito estado de conservação, segurança e habitabilidade, fazendo os reparos necessários, bem como as obras que forem solicitadas pela CAIXA para preservação da garantia.

14.1 - É expressamente vedada a realização de obras de demolição, alteração ou acréscimo, sem prévio e exposto consentimento da CAIXA. Para constatação do exato cumprimento deste item, fica assegurada à CAIXA a faculdade de, em qualquer tempo, vistoriar o imóvel alienado.

14.2 - O descumprimento do presente item poderá ensejar o vencimento antecipado da dívida, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados.

15 - **VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA** - A dívida será considerada antecipadamente vencida, nas hipóteses:

- a) atraso a partir de 30 (trinta) dias no pagamento das obrigações ou falta de pagamento de quaisquer tributos incidentes sobre o imóvel;
- b) transferência ou cessão a terceiros, no todo ou em parte, dos direitos e obrigações decorrentes deste contrato, sem autorização da CAIXA;
- c) falta de manutenção do imóvel que deprecie a garantia;
- d) o imóvel possua restrição ao uso, incluindo restrições relacionadas a parcelamento de solo, preservação do patrimônio arqueológico, paleontológico e histórico, ou o(s) devedor(es) não cumpra(m) as exigências estabelecidas pelo órgão competente em relação ao imóvel;
- e) o imóvel esteja localizado em terras de ocupação indígena e quilombola e unidades de conservação, assim definidas pela autoridade competente;
- f) constituição sobre o imóvel, no todo ou em parte, de outro ônus real;

30330v040

CONTRATO N.º 8.4444.2201241-7





## CAIXA

7.1 - Sobre o valor atualizado incidirão: I) juros remuneratórios calculados pelo método de juros compostos, com capitalização mensal à taxa de juros prevista na letra B9; II) juros moratórios à razão de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso; III) multa moratória de 2% (dois por cento), nos termos da legislação vigente.

7.2 - Na hipótese de ajuizamento de ação para cobrança dos débitos em atraso ou liquidação de obrigações vencidas, incidirá, além dos encargos acima referidos, a cobrança de honorários de advogados nos termos do artigo 395 do Código Civil.

7.3 - Na ocorrência de mais de um encargo vencido e não pago, o pagamento do último encargo não presume quitação do(s) anterior(es).

7.4 - Ocorrendo eventuais atrasos no pagamento de prestações e encargos mensais decorrentes do contrato de financiamento imobiliário, a CAIXA poderá, a seu exclusivo critério, efetuar a INCORPORAÇÃO do valor vencido ao saldo devedor do respectivo contrato.

7.5 - Deste modo, efetuada a referida incorporação, as prestações mensais vincendas sofrerão acréscimo decorrente do valor incorporado ao saldo devedor, devido à impossibilidade de ampliação do prazo para pagamento. Contudo, não efetuada a incorporação, o(s) DEVEDOR(ES) permanece(m) obrigado(s) a efetuar o pagamento das obrigações originariamente assumidas.

7.6 - É facultado à CAIXA utilizar o valor de prestação paga para quitar prestação mais antiga em aberto.

8 - AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA - O(s) DEVEDOR(ES) adimplente(s) pode(m) amortizar a dívida para redução do valor dos encargos ou do prazo do financiamento, sendo o abatimento do valor a ser amortizado precedido da cobrança de juros remuneratórios na forma do item 5.

8.1 - O valor correspondente à Tarifa de Administração permanece inalterado.

9 - LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA - É facultada ao(s) DEVEDOR(ES) a liquidação antecipada da dívida, apurada pelo saldo devedor atualizado, acrescido de juros remuneratórios.

10 - DECLARAÇÕES E AUTORIZAÇÕES - O(S) VENDEDOR(ES) E DEVEDOR(ES) - Declaram, sob as penas da lei:

- estão cientificadas da possibilidade de obtenção prévia no site do [www.tst.jus.br](http://www.tst.jus.br) da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do art. 642-A da CLT;
- O imóvel objeto da venda descrito e caracterizado na letra D possui "habite-se" emitido a menos de 180 (cento e oitenta) dias ou se mais de 180 (cento e oitenta) dias nunca foi habitado, alienado, doado, transacionado;
- que o valor total do preço do imóvel é aquele que consta como VALOR DA VENDA E COMPRA e que não houve/haverá celebração de outros instrumentos contratuais que prevejam pagamento/recebimento de quaisquer outros valores, seja em razão de corretagem ou a qualquer outro título, e que o pagamento/recebimento de valores não previstos expressamente neste contrato caracteriza CRIME de FALSIDADE IDEOLÓGICA e FRAUDE contra as políticas públicas do programa MCMV, sujeitando as partes às penas criminais e sanções civis previstas na legislação aplicável, além do vencimento antecipado da dívida, obrigação de ressarcir o FGTS pelas despesas referentes aos valores de desconto recebidos, e demais penalidades previstas neste contrato;
- que são autênticas as indicações de estado civil, nacionalidade, profissão e identificação.

10.1 O(S) VENDEDOR(ES) declara(m) que:

30330v040

CONTRATO N.º 8.4444.2201241-7

30330v040

### AUTENTICAÇÃO

Compare com o original apresentando: o documento e o código de verificação.

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019

Assinatura: 20/11/2019



D – DESCRIÇÃO DO IMÓVEL OBJETO DESTES CONTRATOS

Matrícula nº 168.501 do 1º Registro de Imóveis de Joinville/SC.

Não se aplica

**3 – CONDIÇÕES DO FINANCIAMENTO** – São as estabelecidas na letra B

CONTRATO N.º 8.444/201241-7



**CAIXA**

**4 - ENCARGO MENSAL, COMPOSIÇÃO, CÁLCULO, FORMA E LOCAL DE PAGAMENTO - O**

encargo mensal é composto pelos itens conforme letra B10, cujo pagamento deve ser realizado até a data de vencimento independentemente de qualquer aviso ou notificação sendo que se não existir, nos meses subsequentes, o dia do vencimento a obrigação vencerá no último dia daqueles meses e, se o vencimento for em dia não útil, o pagamento deverá ser realizado no primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo.

4.1 - A data de vencimento do encargo mensal pode ser alterada por meio de requerimento, exceto se débito em folha de pagamento.

4.1.1 - Na alteração da data do vencimento do encargo mensal, o valor devido será atualizado, *pro rata die*, no período compreendido entre a data do vencimento do último encargo, inclusive e a nova data do vencimento, exclusive.

4.1.2 - A Tarifa de Administração e a parcela do seguro, devidos no mês, serão pagos independentemente de haver encargo com vencimento no respectivo mês.

4.2 - As prestações (A+I) estabelecidas no item B9 são recalculadas mensalmente, atualizadas na forma do item 9, na data correspondente à do vencimento do encargo mensal, sendo que a parcela de juros é obtida pela aplicação da taxa de juros mensal vigente com base no saldo devedor atualizado e a parcela de amortização obtida pela diferença entre a prestação e a parcela de juros.

4.2.1 - A Tarifa de Administração não é reajustada e deverá ser paga independentemente de haver encargo com vencimento no respectivo mês.

4.3 - Os Prêmios de Seguro são calculados mensalmente pelo índice de atualização dos depósitos de poupança do dia do vencimento do encargo mensal, sendo o prêmio Morte e Invalidez Permanente - MIP calculado sobre o saldo devedor e o prêmio Danos Físicos ao Imóvel - DFI sobre o valor da garantia atualizada.

5 - JUROS REMUNERATÓRIOS - Incidem sobre a quantia mutuada, até a quitação da dívida, às taxas fixadas neste contrato e sobre importâncias despendidas pela CAIXA para preservação de seus direitos e das necessidades à manutenção e realização da garantia.

6 - ATUALIZAÇÃO DO SALDO DEVEDOR E DA GARANTIA - Ocorre mensalmente, na data de vencimento do encargo mensal, pelo mesmo coeficiente de atualização aplicável às contas vinculadas do FGTS e na hipótese de extinção desse coeficiente, a atualização passará a ser efetuada pelo índice determinado em legislação específica.

6.1 - Independente da periodicidade da atualização das contas vinculadas do FGTS, a atualização será mensal.

6.2 - Na apuração do saldo devedor, para qualquer evento, será aplicada a atualização proporcional e diária, no período entre a data correspondente ao vencimento do encargo ou a da última atualização contratual do saldo devedor, se já ocorrida e a data do evento.

6.3 - Na data de vencimento do último encargo mensal, eventual saldo devedor residual deverá ser pago pelo(s) DEVEDOR(ES).

7 - IMPONTUALIDADE - O valor da obrigação em atraso será atualizado monetariamente aplicando-se o índice de atualização do saldo devedor do financiamento *proporcional e diariamente*, da data de vencimento, inclusive, até a do pagamento, exclusive.

30330v040

CONTRATO N.º 8.4444.2201241-7







**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL, MÚTUO E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA NO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO – CARTA DE CRÉDITO INDIVIDUAL FGTS/PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – CCFGTS/PMCMV – SFH COM UTILIZAÇÃO DO FGTS DO(S) DEVEDOR(ES)**

Por este instrumento particular, com caráter de escritura pública, na forma do §5º do art. 61 da Lei 4380/64, as partes adiante mencionadas e qualificadas contratam a presente operação de venda e compra de imóvel, mútuo com obrigações e alienação fiduciária em garantia, no âmbito dos programas CCFGTS e MCMV, na forma da Lei 11977/09, mediante condições seguintes:

**A – QUALIFICAÇÃO DAS PARTES**

**VENDEDOR(ES): SCHNEIDER INCORPORADORA LTDA**, inscrita no CNPJ 29.286.735/0001-05, situada em R. Coronel Procópio Gomes, 485, Sala 02, Bucarein em Joinville/SC, representada pelo(s) sócio(s) **ADEMILSON SCHNEIDER**, nacionalidade brasileira, nascido(a) em 21/03/1982, empresário, portador(a) de CNH nº 02163961538, expedida por Órgão de Trânsito/SC em 06/03/2017 e do CPF 009.049.779-19, casado(a) no regime de comunhão parcial de bens, residente e domiciliado(a) em R. Prudentópolis, 257, Apto 402 Bl 1, Irlíu em Joinville/SC.

**COMPRADOR(ES) E DEVEDOR(ES) FIDUCIANTE(S)**, doravante denominado(s) **DEVEDOR(ES): KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA**, nacionalidade brasileira, nascido(a) em 16/03/2000, estoquista, portador(a) de Carteira de Identidade nº 7214055, expedida por SESP/SC em 14/02/2014 e do CPF 112.568.629-40, solteiro(a), residente e domiciliado(a) em R. Pica Pau, 639, Aventureiro em Joinville/SC. Declara sob as penas da lei que não vive em união estável.

**CREDORA FIDUCIÁRIA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, pessoa jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei 759/1969, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede em Brasília-DF no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes 3/4, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, neste ato representada por **FLAVIA DE OLIVEIRA SANCHES ORTEGA**, brasileira, economista, casada, gerente, portadora da carteira de identidade nº 87397718-SSP/PR, inscrita no CPF sob nº 037.494.269-29, residente e domiciliada em Joinville/SC, procuração lavrada às folhas 129/130 do Livro 3375-P, do 2º Tabelião de Notas e Protesto de Brasília/DF, em data de 03/05/2019, substabelecimento lavrado às folhas 110/111 do Livro 3378-P, do 2º Tabelião de Notas e Protesto de Brasília/DF, em data de 28/05/2019 e substabelecimento lavrado às folhas 049 a 053 do Livro nº 41, em 18/07/2019 no 1º Tabelionato de Notas e Protesto de Joinville/SC, doravante denominada CAIXA.

Agência responsável pelo contrato: 4123 - IRIRIU, SC

**B – CONDIÇÕES DO FINANCIAMENTO**

**B1 – Modalidade:**

Aquisição de Imóvel Residencial:

**B2 – Origem de Recursos:**

FGTS

**B3 – Sistema de Amortização:**

TR TP

- Tabela Price

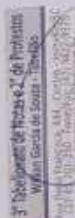
**B4 – Valor de Compra e Venda e Composição dos Recursos**

O valor destinado ao pagamento da compra e venda do imóvel objeto deste contato é R\$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais), composto pela integralização dos valores abaixo:

Financiamento concedido pela CAIXA R\$ 95.583,38

30330v040

CONTRATO N.º 8.4444.2201241-7



**AUTENTICAÇÃO**

Conferiu com o original apresentado e deu fé.

Joinville/SC, 20/07/2019

Em Teste:

(1) Luiz Carlos Basso, gerente

(1) Carlos Augusto Alves Rangel

(1) Paulo Roberto da Silva, gerente

(1) Roberto Zambelli de Souza

(1) LAURINDO Siqueira

(1) Rosângela Cordeiro Fernandes

Cartão de Identificação: 17114-195-195-050-108-1009-1-051-001

Selo digital de Tise: Normal FQT48410-L&F

Consulte os dados do Ato em www.ssc.gov.br/ato





**CAIXA**

Desconto concedido pelo FGTS (complemento) R\$ 11.600,00  
Recursos próprios R\$ 67.144,29  
Recursos da conta vinculada do FGTS R\$ 4.672,33

B5 - Valor de Financiamento para Despesas Acessórias (Custas Cartorárias: Registro e ITBI) R\$ 0,00  
B6 - Valor Total da Dívida (Financiamento + Despesas Acessórias) R\$ 95.583,38

B7 - Valor da Garantia Fiduciária e do Imóvel para fins de venda em público leilão: R\$ 185.000,00  
B8 - Prazo Total (meses) 360

B9 - Taxa de Juros % a.a.  
B9.1 - Sem Desconto B9.2 - Com Desconto B9.3 - Redutor 0,5% FGTS  
Nominal 8.16 5.50 5.00  
Efetiva 8.4722 5.6408 5.1162

B9.4 - Taxa de Juros contratada  
Nominal: 5.0000% a.a.  
Efetiva: 5.1161% a.a.

B10 - Encargo Mensal Inicial  
Prestação (a+j): R\$ 513,11  
Tarifa de Administração: R\$ 0,00  
Seguros: R\$ 23,06  
TOTAL: R\$ 536,17

B10.1 - Vencimento do Primeiro Encargo Mensal 16/12/2019  
B10.2 - Reajuste dos Encargos De acordo com item 4

B10.3 - Forma de Pagamento na data da contratação  
DEBITO EM CONTA

B10.4 - Encargos devidos pelo proponente no prazo contratado e pagos à vista pelo FGTS (Resolução Conselho Curador do FGTS 702/2012)  
Tarifa de Administração: R\$ 2.595,96  
Diferencial na Taxa de Juros: R\$ 18.404,04  
08/03/2019

B11 - DATA DO HABITE-SE  
C - COMPOSIÇÃO DE RENDA

C1 - COMPOSIÇÃO DE RENDA INICIAL DO DEVEDOR PARA PAGAMENTO DO ENCARGO MENSAL:  
Devedor Comprovada R\$ Não comprovada R\$  
KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA 1.787,26 0,00

C2 - PARA COBERTURA SECURITÁRIA  
Devedor Percentual  
KHAUE PATRICK DA MAIA DE SOUZA 100,00

303307040

CONTRATO N.º 8.4444.2201241-7

